

*Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal
30 de setembro de 2024
Ata n.º 3*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pela Vice-Presidente, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos e pelo Secretário, Hermínio Pedro Marques Martins.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Humberto José Tavares Moreira; José Carlos Raposo Marques Vidal; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Pedro Jorge Rebelo Tavares; Rui Pedro Figueiredo Marques; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Nuno Ricardo Costa Portovedo; Victor Manuel Santiago Tavares; Fernando Augusto Rodrigues Barbosa; Luís Manuel Souto de Miranda; Pedro Machado Pires da Rosa; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Carlos Francisco da Cunha Picado; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Casimiro Simões Calafate; António Jorge Ferreira Borges; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Bruno Vilhena Pires; Pedro Miguel Cristo Graça; António Pedro Oliveira Martins; André Filipe Casqueira Guimarães; Elisabete Figueiredo Soares; André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel; Luís Sérgio da Silva Pelicano; Francisco José de Oliveira Martins; Álvaro Miguel Ferreira Ferreira; Manuel de Oliveira Reis; Sérgio Daniel Santos Morais; Emanuel José Bandeira Lopes; Maria da Graça de Abreu Freire Valente e Silva; Frederico André de Campos Sousa Lemos; David Faria Pereira Oliveira; Renata Liliana da Costa Marques; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Juan Carlos Ferreira Martins; Victor Fernando Santos Neto; Nuno Roberto Rodrigues de Moura.

Estiveram ausentes os seguintes Membros:

Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos (*justificou*), João José Rodrigues Gaspar (*justificou*), Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Óscar Lopes Francisco.

Os Membros Carlos Manuel Ferreira Ferreira, Sara Sandra Resende Tavares, Ricardo Jorge Lopes Fernandes e Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Basto, estando ausentes, justificando, pediram substituição.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação e Votação da Estrutura Organizacional e Regulamento Orgânico dos Serviços.

Ponto 2 - Relatório de Assuntos de Relevante Interesse para a Região de Aveiro para envio ao Novo Governo.

Ponto 3 - Gestão do Pós-Incêndios Rurais SET24 / proposta de medidas ao Governo.

Ponto 1 - Apreciação e Votação da Estrutura Organizacional e Regulamento Orgânico dos Serviços

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se trata de cumprir uma formalidade, essencial para a Comunidade Intermunicipal e uma obrigação que resulta da lei. Referiu que a proposta se ajusta ao modelo organizacional da CIRA e deixa espaço para o crescimento da entidade, sendo uma estrutura mista, orgânica e flexível, não havendo intenção de prover os lugares das duas divisões, nem de todos os lugares das chefias de 3º grau.

Entende que os dezoito técnicos talvez não justifiquem esta estrutura, mas é desenhada a pensar no futuro, acreditando que a atitude colaborativa entre unidades funcionais se mantenha. Reiterou que se trata de cumprir um imperativo legal, de criar um mecanismo para gerar expectativas de crescimento e valorização profissional e deixar uma estrutura hierarquizada para o futuro.

Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:

Estrutura Organizacional e Regulamento Orgânico dos Serviços aprovados por unanimidade.

Para efeitos de execução imediata, foi aprovada por unanimidade, a deliberação em minuta.

Ponto 2 - Relatório de Assuntos de Relevante Interesse para a Região de Aveiro para envio ao Novo Governo

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu a importância de partilhar com a Assembleia Intermunicipal as preocupações do Conselho Intermunicipal, elencadas neste documento sumário de reivindicações para com o novo Governo e entende que este é um desígnio de todos nesta sala. Destacou a muito provável segunda vida da empresa Polis Litoral Ria de Aveiro, informando que este novo Governo não quer terminar com esta sociedade, havendo concordância da Ministra do Ambiente e que a decisão do Ministro das Finanças será fundamental.

Entende que este é um projeto que criará capacidades para sermos atrativos a fundos comunitários e para dar continuidade ao plano de investimentos na Ria, agora envolvendo os rios, designadamente o Cértima e o Levira, sendo assim mais abrangente e envolvendo mais municípios, designadamente Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga. Referiu que neste âmbito, pretende-se assumir a erosão costeira, sendo parte da solução, de agentes no território para aumentar a capacidade de concretização da ação do Governo nestas matérias.

O Presidente do CI partilhou a perspetiva relativamente à vida da AdRA - Águas da Região de Aveiro e ao ciclo urbano da água, recordando que sempre fomos contra a AdCL - Águas do Centro Litoral, que não tem sido benéfica para a região e sempre defendemos o modelo de verticalização do setor, integrando a alta com a baixa, com economias de escala e mais benefícios para a região. Entende que o retorno da AdCL no nosso território não é o que queremos, discordamos do modelo e reiteramos a vontade de sair desta empresa.

Também manifestou preocupação com o modelo de financiamento da Autoridade Regional de Transportes, com a necessária recuperação do financiamento do projeto do Baixo Vouga Lagunar e com o CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da

Região de Aveiro, que tem os projetos concluídos e precisa de apoio financeiro, uma vez que tem orçamentos significativos para ser a Comunidade Intermunicipal a assumir.

O Presidente do CI referiu as preocupações com as portagens e com a mobilidade dentro da região, na luta pela abolição das portagens intrarregião, uma vez que a promoção da mobilidade choca com esta realidade.

Referiu a luta na ferrovia, designadamente a ligação Aveiro-Salamanca, determinante para o desenvolvimento do território, pugnando que haja uma decisão definitiva nesta matéria.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Luís Souto (Aveiro) referiu-se a um estudo publicado sobre o modelo de cidades de 15 minutos, informando que o centro de Aveiro cumpre esses critérios, sugerindo a devida atenção a este conceito e outros de ordenamento do território.

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou que a distribuição deste documento, um autêntico caderno de encargos à Administração Central, merece reflexão e importa distinguir o urgente do importante, e elencar as prioridades estratégicas para a região. Entende que a primeira preocupação deverá ser a coesão da CIRA, pois é preciso cuidar do rio, caso contrário há problemas na ria. Na questão das infraestruturas vê com agrado a ligação da A25 a Sever do Vouga. Sublinhou a importância dos investimentos no Centro Hospitalar de Aveiro e na ligação à Universidade de Aveiro. Entende fundamental perceber, nestas prioridades, a graduação de urgência, pois as matérias do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência têm um grau de urgência diferente das matérias que dependem do Orçamento de Estado.

José Matos (Estarreja) referiu que existe uma grande incerteza na aprovação do Orçamento de Estado e destacou como projeto prioritário o Centro Hospitalar, agora ULS - Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, nos seus 3 polos, para que seja requalificada e ampliada, com a devida ligação à Universidade de Aveiro. Referiu a questão das portagens, não acreditando na isenção intrarregião, devendo-se lutar, pelo menos, por descontos ou pela abolição do pórtico do "retail park". Referiu que no Baixo Vouga Lagunar todos têm expectativas que se avance e que se recupere o financiamento. Manifestou preocupação com a questão do CIROA e da falta de verba. Referiu que não acredita na ligação Aveiro-Salamanca em bitola europeia, uma vez que todo o sistema está a ser implementado em bitola ibérica, e



entende que a ligação rodoviária Águeda-Anadia é um assunto importante, que tem tido pouca visibilidade.

Frederico Lemos (Ovar) considerou as reivindicações do documento justas e correspondem aos anseios legítimos das populações da região. Sobre a saúde, referiu estranhar a forma como se aborda a decisão do Governo de alterar a abrangência territorial da ULS da Região de Aveiro, uma decisão já publicada em Diário da Republica, considerando que se tratou da correção de um erro, que tinha incluído o Hospital de Ovar nesta ULS, contra a vontade unânime da população e dos autarcas de Ovar. Considerou que as reivindicações na área da saúde devem incluir as preocupações do Município de Ovar, pois a capacitação do Hospital de Ovar servirá as populações de municípios vizinhos. Entende que nos transportes o documento esquece as ligações urbanas ferroviárias na região, que a CIRA não conseguiu a redução tarifária na ferrovia para as populações e que a CIM do Tâmega e Sousa conseguiu. Subscrive as reivindicações abordadas no ambiente, alertou que é preciso cuidar da Barrinha de Esmoriz e entende que as intervenções nos rios não se devem limitar ao Cértima e ao Levara.

Manuel Prior (Aveiro) considerou que CIRA devia tentar realizar um protocolo com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente para a não proliferação dos jacintos. Sobre a Floresta, referiu que não são precisos mais estudos, recordando os documentos produzidos em 2017 e em 2019, onde muito se estudou e pouco se fez, entendendo ser prioritário capacitar as câmaras municipais para agir sobre os terrenos não registados e definir claramente as zonas tampão, as zonas urbanas e as zonas florestais. Sobre as portagens, não concorda com o aprovado recentemente, mas com o conceito de utilizador/pagador, com as devidas exceções. Considerou que na ULS da Região de Aveiro o rumo traçado pela CIRA é o correto, recordando que as instalações estão muito carenciadas e é urgente avançar com a expansão e requalificação do Hospital de Aveiro.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) recordou que o projeto da via Aveiro-Águeda está pronto na APA desde março, a aguardar parecer e que isto não pode acontecer num projeto estruturante para a região.

Nuno Moura (Vagos) considerou que o documento reflete as necessidades da região, mas peca por tardio, uma vez que era importante que já se refletisse na proposta de Orçamento de Estado para 2025.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu acreditar no modelo de cidade região, em termos de gestão territorial e de afirmação do território. A coesão territorial deverá ser alicerçada na valorização da diferença e na diversidade como elemento diferenciador, tendo como motores de unidade regional as políticas de educação, cultura e mobilidade.

Esclareceu que, neste momento, já existe a possibilidade de estender os descontos tarifários à ferrovia, aguardando-se os desenvolvimentos do Governo nesta matéria, designadamente com o projeto de bilhete único.

Relativamente à Polis, o Presidente do CI referiu que a vontade é criar uma consciência coletiva de que todos fazem parte de um todo e que a qualificação tem de incluir os rios, recordando que a Barrinha de Esmoriz continua nas prioridades e nos objetivos de intervenção.

Sobre a prioridade das ações, considerou que nenhum dos assuntos do documento é desconhecido e que as prioridades, por vezes, estão ligadas às oportunidades, reiterando que a ampliação do Hospital de Aveiro e a construção do Centro Académico Clínico é a principal prioridade da nossa região.

O Presidente do CI referiu que o impasse na ligação rodoviária Aveiro-Águeda, por falta de licenciamento ambiental, não é uma novidade, e tal como no Baixo Vouga Lagunar em que perdemos o financiamento PRR, esta ligação corre o risco de não ter concretização. Considera que os tempos de decisão não se compadecem com as dinâmicas e com o conservadorismo de quem tecnicamente aprecia e não há coragem de publicamente se insurgir contra os tempos e os termos em que a APA se pronuncia.

Relativamente à ULS, o Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a posição da CIRA é clara, em que se acredita que a defesa dos interesses do território de Ovar passava por integrar a ULS de Aveiro, mas que se respeita a vontade das populações e as diligências do Presidente da Câmara de Ovar. Entende que o Hospital de Ovar, ao estar mais distante do Hospital de Aveiro, tinha mais condições e legitimidade para reivindicar a sua qualificação e

duvida que possa fazer essa reivindicação agora. Concorda que a qualificação do Hospital de Ovar é um incremento da oferta dos cuidados de saúde na região.

Sobre os jacintos, o Presidente do CI considera-os um drama e um problema da região, não de um ou outro município, a que acresce as toneladas dos desperdícios orgânicos nas margens, que dificulta a navegabilidade nos portos e ancoradouros. Entende que o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tem de se empenhar nesta matéria, por exemplo, através de controlo biológico da espécie.

Tomado conhecimento do Relatório de Assuntos de Relevante Interesse para a Região de Aveiro para envio ao Novo Governo.

Ponto 3 - Gestão do Pós-Incêndios Rurais SET.24 / proposta de medidas ao Governo

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que contava ter um documento final para partilhar, mas o documento base recebeu inúmeros contributos, particularmente dos territórios mais sensíveis a estes flagelos, que não o permitiu fechar. Referiu que o que aconteceu em setembro deste ano pode ser minimizado, mas não vai deixar de acontecer e questionou se devemos ter uma política de prevenção à custa do direito privado ou assumir a prevenção como uma obrigação pública, tendo uma política indemnizatória ou expropriativa, adquirindo os terrenos e assumir como uma missão do Governo. Entende que a floresta tem de ser vista como uma oportunidade de rentabilizar o solo como recurso e considera inaceitável que um solo com propensão urbana ou industrial esteja ocupado com eucalipto.

Entende que a limpeza da floresta tem de ser sustentável, caso contrário a floresta deixa de ser um ativo para ser um passivo, recordando que a CIRA sempre defendeu a instalação de uma Central de Biomassa, associada a uma rede de parques de gestão de biomassa, com um modelo de rentabilização. Considera que os autarcas não podem continuar a ser os bodes expiatórios de tudo o que corre mal no teatro de operações e entende que se estão a gerar enormes expectativas de intervenção urgente no território, tendo receio que a materialização não aconteça exatamente com as aparentes facilidades que se apresentam e que depois serão os autarcas a gerir as frustrações das populações.


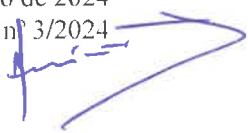
A terminar, informou que deseja lançar um desafio ao Governo e à APA - Agência Portuguesa do Ambiente, um projeto piloto para a construção de uma rede de água bruta, com um hidrante à entrada de cada aldeia, com capacidade de abastecimento de veículos de combate a incêndios. Referiu que a nossa região tem a infraestrutura e a capacidade para desenvolver este projeto e definir estrategicamente a localização desses pontos.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) referiu que o maior problema em Portugal é a questão do ordenamento, com povoações muito dispersas. Entende que não foram os bombeiros que nos salvaram, que somos uma região com muita água e não havia água para o combate e que não se aprendeu nada com os incêndios de 2017 e 2019. Questionou qual a responsabilidade da AdRA e dos municípios na falta de abastecimento dos hidrantes. Considera que os empresários agrícolas têm mais meios que os bombeiros e deverão ser levados em conta no combate a incêndios, devendo ser apoiados com protocolos e candidaturas a fundos comunitários. Referiu que se deve apoiar igualmente os bombeiros na aquisição de veículos de combate a incêndios, pois a maioria dessas viaturas têm mais de 25 anos.

José Matos (Estarreja) considerou que se registou nas populações uma sensação de desproteção e de abandono. Entende que tem de haver da parte do Governo uma política de incentivo à utilização da floresta e à reflorestação, por exemplo ao nível fiscal, caso contrário, leva ao abandono e ao não investimento. Propõe que se verifique o que tem sido feito em Espanha ao nível da videovigilância e desenvolver mais estes sistemas na região, quer fixa, quer com drones, permitindo uma vigilância mais intensiva do território, para uma deteção atempada e combate imediato a esses focos. Recordou que grande parte das recomendações do relatório de março de 2018, da Comissão Técnica Independente, nunca foram implementadas.

José Vidal (Águeda) considerou que em sete anos nada se fez, mas este ano, pelo menos em Águeda, verificou-se a intervenção de mais meios, mais serviços de proteção civil e maior envolvimento das populações, continuando a haver falhas na coordenação. Recordou que são as Câmaras Municipais que têm a responsabilidade no licenciamento de habitações no meio de zonas rurais e de denunciar a falta de limpeza. Propôs aos autarcas que não plantem nem mais um eucalipto em terrenos camarários, dando assim o exemplo.

Nuno Moura (Vagos) concorda com a intervenção do Presidente do CI relativamente aos problemas a montante e recordou que um veículo de combate a incêndios custa 245 mil euros e que desde 2017 não abriu um único aviso comunitário para a aquisição deste tipo de viaturas. Entende que era importante que o Governo percebesse que as Associações Humanitárias de Bombeiros estão a prazo e que deverão passar para a uma lógica estatal ou municipal. Concordou com a importância de uma proteção civil de proximidade, mas entende que alguma coisa tem que mudar na coordenação das operações, pois os bombeiros parecem ser o parente pobre da proteção civil, mas são os únicos que fazem proteção civil.

Humberto Moreira (Águeda) considerou prioritário investir na prevenção e na sensibilização das populações, designadamente através do poder local, numa lógica de proximidade.

Diana Paiva (Sever do Vouga) considerou que devemos pensar a gestão da floresta numa lógica abrangente, de gestão do território.

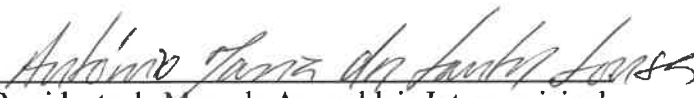
O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que no contrato com o Centro 2030 há seis milhões de euros para se poder investir na proteção civil. Informou que cerca de 50% será para investir numa rede de depósitos com hidrantes, que depois possam ser devidamente abastecidos, de forma natural ou artificial, e numa rede de videovigilância eficiente, que complemente as três torres já existentes, para cobrir na íntegra o território da CIRA. Informou que os restantes 50% da dotação serão para distribuir pelos corpos de bombeiros, pelas 13 corporações, para adquirir, cada uma delas, uma viatura de combate aos fogos florestais, onde após o diagnóstico realizado, se verificou que a idade média destas viaturas é de 22/25 anos, recordando que não tem havido linhas de financiamento para estas aquisições.

O Presidente do CI considerou fundamental juntar à política de gestão e ordenamento uma política de solos, que permita gerar oportunidades.

Tomado conhecimento da Gestão do Pós-Incêndios Rurais SET.24 / proposta de medidas ao Governo.



Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.


Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa


Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos


Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Hermínio Pedro Marques Martins